

ISSN 2184-4135

1

ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos



 Hora de ler

março 2019

ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos

1

MARÇO DE 2019

 Hora de ler



Título: ANAIS LEIRIENSES - estudos & documentos - 1

Editor: Carlos Fernandes

Coordenador Científico: Saul António Gomes
(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Conselho Consultivo: Cristina Nobre, Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, João Bonifácio Serra, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Miguel Portela, Pedro Redol e Ricardo Charters d’Azevedo

Concepção e arranjo da capa: Gonçalo Fernandes

Colecção: ANAIS LEIRIENSES - 1



© Hora de Ler, Unipessoal Lda.
Urbanização Vale da Cabrita
Rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, 37 - r/c Esq.
2410-270 LEIRIA - PORTUGAL
e-mail: horadelercf@gmail.com
Tlm: 966739440

Revisão e coordenação editorial: Hora de ler
Montagem e concepção gráfica: Hora de ler
Impressão: Artipol

1.ª edição: Março 2019

Edição 1007/19
Depósito Legal: 454238/19
ISSN: 2184-4135

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Intrigante inscrição romana de Porto de Mós [*Intriguing Roman inscription of Porto de Mós*]

José d'Encarnação*

Sumário

Reflecte-se sobre qual terá sido o texto completo de uma inscrição romana identificada no território do actual concelho português de Porto de Mós (termo, no tempo dos Romanos, da cidade de *Collipo, conventus Scallabitanus*). Chama-se a atenção para a necessidade de se encontrar o que falta no monumento, que poderá ter sido reutilizado numa construção local, e sugere-se que, em vez de estarmos perante uma inscrição monumental funerária, possa entender-se o monumento como a informação da oferta de uma inscrição a uma divindade, porventura romana, sugerindo-se, inclusive, a possibilidade de essa divindade ser Vénus.

Palavras-chave: Porto de Mós, onomástica pré-romana, templo, *Taganus, lapis*.

Abstract

In this essay, we try to suppose what was the complete text of a Roman inscription from Porto de Mós (Portugal), near the Roman city of *Collipo*, in the *conventus Scallabitanus*.

We think that isn't a funerary text, because the excellence of the monument let us imagine that it was an inscription to put in the front of a little temple, perhaps dedicated (we suggest) to Roman *Venus*.

Key-words: Porto de Mós (Portugal), préroman onomastic, temple, *Taganus, lapis, Venus*.

* Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património / Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

Qualquer inscrição é sempre concebida para ser lida. No tempo em que se esculpiu e nos tempos que vão seguir-se. Corre assim o risco – que é consciente – de poder vir a ser mal interpretada ou, mesmo, votada ao abandono, se os leitores não estiverem dentro do contexto que a determinou ou, inclusive, justamente por serem mui diferentes os novos contextos do porvir.

Está em Cascais uma fonte de mármore cujo contexto original foi a cidade de Portalegre. Identificada num estaleiro, acabou por ser comprada e mostra-se hoje num sítio completamente diverso. Caso não houvesse documentação, dificilmente se compreenderia a sua existência ali, uma vez que ostenta uma inscrição que nada tem a ver com a história cascalense:

IMPERANDO PHELIPO 3º PORTVGALIAE REGE ET HISPANIAE ANNO
DOMINI 1623.

«Imperando Filipe III, rei de Portugal e de Espanha – no ano do Senhor de 1623».

Sabe-se hoje que foi pensada para a Praça da República da referida cidade de Portalegre, ao tempo de Filipe IV, então também rei de Portugal, e esse empenho em homenagear o monarca inseria-se já numa tentativa de aproximação da Coroa espanhola por parte da população fronteiriça, porque, aliás, fora com tal desiderato – obter supremacia sobre Espanha, numa altura em que o rei detinha as duas coroas – que, em 1580, boa parte da Nação Portuguesa optara para não resistir a Filipe II (Encarnação 1969 e 1987).

Pode ser este um exemplo do que se acaba de afirmar: ao epigrafista cumpre não apenas decifrar o texto, mas também interpretá-lo, ver as pulsões que lhe estiveram na génese.

Deste modo, igualmente poderá asseverar-se que a interpretação agora dada é susceptível de aperfeiçoamentos e de rejeições, por, entretanto, se haverem feito outras descobertas ou, simplesmente, porque mudaram a mentalidade e o ângulo de visão. Ou seja: o estudo de um documento epigráfico não pode ser considerado uma acção parada no tempo. Daí que outros investigadores frequentemente se disponham a rever leituras e nos esteja a interessar agora conhecer que eco teve o estudo outrora levado a cabo. Será que não teve eco nenhum e, passados anos, a solução encontrada permanece obscura ou, ao invés, é unanimemente aceite como válida?

Vêm estas reflexões a propósito de uma epígrafe publicada por José Beleza Moreira e por mim próprio em 1994. Ao reflectir sobre a classificação

que lhe demos – «placa monumental» – não resisti à tentação de procurar vir a saber mais: 25 anos passados sobre essa publicação, que se pensa agora ou que se foi pensando acerca das questões então levantadas? Que novos dados surgiram? Despertou a epígrafe alguma atenção particular ou foi simplesmente, por assim dizer, «arquivada»?

Aí reside, pois, a intenção desta breve nota: rever essas questões e saber se os progressos da ciência epigráfica trouxeram ou poderão vir a trazer nova luz sobre o que há 25 anos se propôs.

1. O contexto arqueológico

Continua o monumento no Museu Municipal de Porto de Mós, onde tem o n.º de entrada 485 (Fig. 1).



Fig. 1 – O monumento no museu. (Cortesia de Raul Losada)

Escreveu-se, em 1994, acerca do seu contexto original, que fora «achada, há uns setenta anos, quando se preparava o terreno para plantação de vinha, na chamada “estação romana” de Santo Estêvão, junto a Fonte Oleiro, freguesia de S. João, concelho de Porto de Mós».

Duas perguntas se impõem desde logo:

1.ª) Na actualidade, qual a localização administrativa? A que freguesia pertence o sítio de Santo Estêvão, uma vez que a referência «freguesia de S. João» já não corresponde à realidade?

2.ª) A expressão “estação romana” mereceu esclarecimento?

Direi, em relação à primeira questão, que os vários nomes que as publicações relacionam com o sítio podem causar, de facto, alguma perplexidade. Na publicação de 1994, pusemos o que atrás se transcreveu; Jorge de Alarcão (1988, II-2, 5/17, p. 112), tendo havido conhecimento da epígrafe, na ocasião ainda inédita, deu como local do seu achamento «Desterro – S. João Baptista, perto de Ribeira de Cima»; João Pedro Bernardes, por seu turno, identifica a sua ficha n.º 93 (p. 177) como «Santo Estêvão (Carvalho; Ribeira de Baixo; Fonte do Oleiro)». Tendo-o consultado, obtive o seguinte esclarecimento, que agradeço:

«O lugar mais próximo é “Lameiros” (entre Ribeira de Baixo e Fonte Oleiro) que pertence actualmente à freguesia de Porto de Mós (que juntou as freguesias de S. Pedro e de S. João Baptista a que pertencia Lameiros). O sítio romano é memorado através de uma pequena ermida dedicada a Santo Estêvão e a rua hoje chama-se Rua Romana» (Fig. 2).

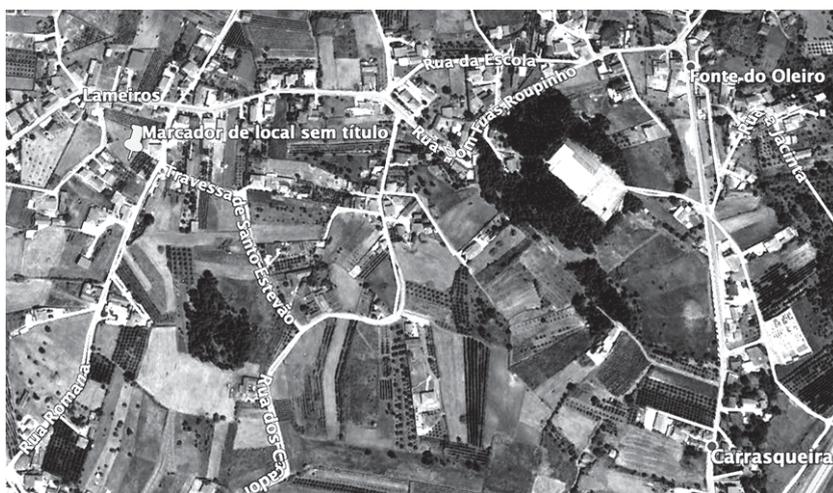


Fig. 2 – Assinalado o local de achamento da inscrição. (Cortesia de João Pedro Bernardes)

No que diz respeito à eventual «estação romana», também a obra do mesmo investigador é deveras elucidativa: na ficha sobre Santo Estêvão (n.º 93,

p. 177), se esclarece que a epígrafe proveio da Vinha do Rosário, onde, segundo a tradição, houvera uma capela a Santo Estêvão, o que levou a população a erguer aí nova ermida «para perpetuar a tradição». Além desta, outras duas epígrafes se encontraram, «ao romper-se o terreno para plantio de uma vinha nos anos 20» do século passado. Acrescenta-se que «outras pedras aparelhadas, arrancadas na mesma altura, foram integradas em muros e em poços das propriedades próximas». E se as sepulturas detectadas poderão, mais verosimilmente, relacionar-se com a presença da capela, tal não acontecerá, no entanto, com a quantidade de cerâmicas aí detectadas, de época romana, pois que, estando o local «hoje [2007] quase todo urbanizado pelo que se torna difícil fazer uma correcta avaliação da área de dispersão dos vestígios», o certo é que, «nas áreas não edificadas, encontram-se ainda fragmentos de cerâmica doméstica de construção (*imbrices, lateres, tegulae*)», pelo que João Pedro Bernardes é de opinião que existiu no local «seguramente uma *villa*, ligada aos *Ligurii* e *Aufidii*, com ocupação já no século I».

A referência a estas duas famílias romanas prende-se com o estudo de Jorge de Alarcão (1993), a propósito da epígrafe colocada por Q. *Ligurius Rusticus* à filha, de 17 anos, *Aufidia Rustica* (Moreira 1982, AE 1982 471), também ela, no entender de Jorge de Alarcão, verosimilmente proveniente de «lugar vizinho de Ribeira de Baixo», uma vez que não eram então conhecidos vestígios romanos «nem na Ribeira de Baixo nem em Santo Estêvão», acrescentando «que poderá ter sido feita para encastrar num pequeno mausoléu, junto da *villa* dos *Ligurii*» (1993, p. 193). Na sequência das suas reflexões, Jorge de Alarcão advoga a hipótese de, em *Collipo* (a cidade romana em cujo território nos estamos a colocar), se haver instalado «uma família *Alfidia*» vinda da Península Itálica, cujo nome poderá ter sido aqui transformado em *Aufidia* (*ibidem*, p. 197).

Em conclusão, apesar de, em 1994, se haver escrito «O local deveria, pois, ser objecto de cuidada prospecção» (nota 1), nada, portanto, foi feito para preservar – ou sequer identificar melhor – o que ali poderia ter existido na época romana; e os escassos vestígios recolhidos apontam, portanto, para a bastante provável preexistência aí de uma *villa* romana.

Agora, para melhor se compreender e reavaliar o papel da epígrafe em análise, importa apreciar as suas características e, de modo especial, o seu texto.

2. O que diz a inscrição

Poderá acontecer que venha a identificar-se, numa das construções próximas, o que ora falta à epígrafe, dado que apenas temos a «metade direita de uma placa monumental romana, de calcário regional», de 21 cm de espessura e de que restam 42 cm na largura e 40 no comprimento.

Esclareceu-se, desde logo, em 1994, que a paginação fora «sem dúvida, extremamente cuidada, sentindo-se a presença de linhas de pauta que permitiram a grande regularidade de todo o conjunto, que terá obedecido, certamente, a um eixo de simetria»; sublinhou-se, ainda, que «a equidistância dos espaços interlineares» indicava «que a placa deveria estar colocada praticamente à altura dos olhos». As letras, «monumentais quadradas» – cujas alturas se situam entre os 4,4 e os 5,4 cm –, apontavam para uma datação dos «primórdios do século I da nossa era».

Foi a seguinte a interpretação que se deu:

[...V]S · ARCONIS (*filius*) / [...V]S · TAGANI (*filius*) / [...I] · LAPIDEM / [...D] (*ono*) D (*ederunt*)

«Estariamos, por conseguinte, perante um monumento oferecido por dois indígenas de que apenas se conhecem os nomes dos pais». E, para completar a fórmula final, afigurou-se-nos «bastante plausível» a possibilidade de estarem antes as siglas D(e) S(ua) P(*ecunia*), numa alusão a que a oferta fora feita a expensas dos doadores, o que até estaria em consonância com a solenidade que o excelente recorte dos caracteres e o cuidado posto na preparação do campo epigráfico deixam transparecer.

Ficaram, todavia, alguns dados por esclarecer e esses de imediato se apontaram: a presença da palavra *lapidem* e o verdadeiro significado das siglas D D:

«[...] A oferta foi de uma ‘lápide’. E que significará lápide? Uma pedra com inscrição? Estará o singular usado em vez do plural ou a parte pelo todo?».

Sugeriu-se que poderia haver aqui uma sinédoque e *lapidem*, a parte, significaria o todo, o edifício para que fora pensada. Em todo o caso, nada poderia ofuscar «o alcance cultural do monumento», em sintonia, de resto, com o que já nesse ano se conhecia acerca dos vestígios romanos na região.

Quanto às siglas, a eventualidade da intervenção de uma *ordo decurionum* continua a parecer-me inaceitável, atendendo, nomeadamente,

à proveniência da epígrafe de um contexto rural. Nesse ponto, a discussão não se põe.

Como seria de esperar, a epígrafe veio a ser incluída em *L'Année Épigraphique* desse ano de 1994, sob o n.º 835¹, sem qualquer correcção de leitura e com o seguinte comentário:

«Inscrição muito cuidada. *Lapidem* deveria estar precedida de um genitivo, que qualificava a *lapis*, cuja natureza nos escapa aqui (funerária, monumental)».

É natural a dúvida em relação à 'natureza' do texto. Optámos por 'monumental', sem que o adjectivo implicasse a exclusão da possibilidade de estarmos perante um texto de conotação funerária. Aliás, a inserção da placa num mausoléu pressente-se que terá sido a mais normal. É «monumental», sim, no sentido de sair fora do comum e de a 'vermos' integrada num edifício.

A equipa de *Hispania Epigraphica* viria a inserir o texto no volume 6, datado de 1996, sob o n.º 1045, em concordância com o que se publicara em 1994. E será com o n.º EDCS-00380347 que figurará na base de dados epigráficos *Epigraphik-Datenbank Clauss-Slaby*, onde, no entanto, se propõe que há espaço para três letras, no começo das linhas 2, 3 e 4, se interpreta d(onum) d(ederunt) no final e se tem este como um exemplo de *tituli operum*, isto é, de inscrições referentes a edifícios.

A ficha epigráfica de João Pedro Bernardes (2007) tem o n.º 39 (p. 228). Faz-se eco do já publicado e refere as características célticas de ambos os antropónimos registados, *Arco* e *Taganus*, sendo este – registado «apenas meia dúzia de vezes na Península» – «formado a partir do hidrónimo *Tagus*», o que lhe confere «uma conotação geográfica precisa», eco do que se escrevera na nota 2 de 1994, onde se concluíra ser este «um dos casos em que o adjectivo da linguagem corrente se transforma em nome próprio».

Não tenho conhecimento de que a epígrafe haja merecido mais algum estudo ou referência de vulto.

3. Uma reflexão complementar?

- Haverá ainda espaço para alguma reflexão complementar?
- Porventura, sim, para melhor se pensar no que poderia ter sido a

¹ Trata-se de uma revista, agora sob a direcção de Mireille Corbier, editada em Paris, pelas Presses Universitaires de France, e que reúne, com brevíssimo comentário, todas as referências aos estudos sobre monumentos epigráficos romanos feitos em cada ano.

totalidade do texto e, por outro lado, para maior contextualização onomástica.

3.1 A onomástica

No que concerne a *Arco*, poderemos cingir-nos ao estudo de José María Vallejo, que, datado de 2005, se mantém actual na análise onomástica, havendo apenas a acrescentar ao mapa da p. 179 e ao rol das p. 178-180 (perto de meia centena) os testemunhos peninsulares detectados posteriormente. «**Arco** tiene su centro en Lusitania, con alguna extensión hacia Zamora, donde se concentra en la desembocadura del Esla; también posee un núcleo en el *conuentus Pacensis*» (p. 183). As propostas de interpretação etimológica do antropónimo vêm nas p. 184-185. Dir-se-á, em conclusão, que é nome típico da Hispânia, predominando na sua metade ocidental.

Também *Taganus* mereceu a atenção de Vallejo: além deste exemplo, cita, na p. 405, a inscrição da *civitas Igaeditanorum* que menciona *Tanganus Mantai* e *Tagana Tagani* (AE 1967 176); *Tagana*, de Ibañerando (Hurtado, nº 313); *Annia Tagana*, de Talavera de la Reina (CIL II 897); *Valeria Tagana*, de Talavera La Vieja (CIL II 938); e *Tagana Caenonis*, de Valdelacasa de Tajo (Hurtado, nº 800). Dá impressão que uma possível derivação do nome do rio Tejo, *Tagus*, não lhe será entusiasmante, pois apenas afirma (p. 406), em jeito de conclusão aos exemplos que aduz do radical *tac-*: «En Hispania podríamos aducir como paralelos [sic] el hidrónimo *Tagus*». Considera, porém, que «todos ellos parecen nombres indígenas» e que «su distribución es mayoritariamente lusitana, con ciertas penetraciones hacia el territorio galaico» (p. 405).

Surgiu-me, por consequência, uma curiosidade: afigurando-se-me normal que *Taganus* seja, na sua origem, um adjetivo formado a partir do hidrónimo *Tagus*, sem outra conotação que não essa, documentar-se-á o uso desse vocábulo em epígrafes não-peninsulares ou em textos clássicos? Para responder à primeira questão, a consulta à atrás referida base de dados de EDCS resultou peremptória: além dos seis testemunhos aduzidos por Vallejo, há apenas, citável, uma inscrição de Cória, de «texto muy borrado», que se tem prestado a diversas interpretações (Esteban 2016, nº 1237). Isto é: do ponto de vista das ocorrências epigráficas, *Taganus* circunscreve-se à Lusitânia, o que não admira, se – voltando ao raciocínio anterior – a atribuição do nome se tiver relacionado, como parece lógico, com a naturalidade ou uma ligação mais estreita com o ambiente geográfico do rio Tejo. Se o

hidrónimo *Tagus* radica numa etimologia pré-romana também não constitui motivo de admiração, uma vez que o normal terá sido os Romanos terem latinizado o nome por que a população indígena designava tão importante curso de água. De resto, já María Lourdes Albertos, na sequência dos linguistas que se ocuparam desta problemática, relacionava *Tagus* e *Taganus* com o radical *tag-* e chegou a chamar à colação o vocábulo grego *ταγός*, ‘comandante’; e, argumentando inclusive com a proximidade dos achados da bacia hidrográfica do Tejo, não hesitou em afirmar que esses antropónimos de *Tagus* «parecem indudavelmente ser derivados» (Albertos 1966, 216-217).

Importaria, no entanto, verificar se constava de algum dos textos clássicos a menção a alguém de nome *Taganus*. A consulta à base de dados de Liège – <http://www.cipl.ulg.ac.be/Lasla/> – permitiu-me concluir pela negativa: há registadas, neste momento, 9 alusões ao rio *Tagus*, nenhuma a alguém *Taganus* ou *Tagana* ou, até, a *Tagani*, porventura a designação das gentes que viviam do rio. Nos dicionários também esse nome não aparece, celebrando apenas mais do que um autor o facto de ser o *Tagus* notável pelas suas auríferas areias: *Tagus auriferis harenis celebratur* (Plínio, *Nat. Hist.* 4, 115).

Não sofre contestação afirmar-se que os dois genitivos correspondem aos patronímicos dos indivíduos identificados antes e cujo nome está em nominativo, uma vez que temos, na l. 2, a terminação –VS. Sugeriu-se que poderiam faltar somente três letras, eventualmente por se haver pensado na fórmula D(e) S(ua) P(ecunia). Contudo, se essa hipótese é plausível – mormente tendo em conta que a placa tem alguma monumentalidade (o campo epigráfico mede 36,5 cm de altura e as letras variam entre 5,4 e 4,4 cm), o que justificava a afirmação de benemerência –, importa pensar que se trata de siglas. Embora não seja obrigatória uma distância interliteral tão grande como a que se verifica entre os dois D, algum espaço haverá e, por isso, poderemos pensar não estar longe da verdade a afirmação de 1994, segundo a qual esta é «a metade direita».

Tentador seria, a exemplo do que acontece na atrás citada epígrafe da *civitas Igaeditanorum*, em que se fala de uma *Tagana Tagani*, termos aqui um *Taganus Tagani*. O espaço justificá-lo-ia capazmente. É, porém, mera elucubração e só o achamento – que veementemente se preconiza – da outra metade da pedra, de certeza reutilizada, como esta foi², na parede de alguma das casas próximas será susceptível de trazer luz a este enigma.

² Recorde-se que há, «na face posterior, o buraco do gonzo bem como um sulco longitudinal, resultante dessa reutilização» «como soleira ou como lintel de porta» (FE 208).

3.2 O ‘monumento’

Importa justificar o termo «intrigante» que escolhi para o título. É que, na verdade, chegado a este ponto da reflexão, afigura-se consensual atribuir a dois indígenas – já bem entrados, todavia, nos esquemas culturais romanos (o requinte da placa assim o demonstra) – a oferta de uma lápide, a afixar num edifício; mas... que edifício?

A chave da solução está no vocábulo – aparentemente em genitivo – que precede *lapidem*. Será a lápide de quê? A opção por algo de concreto e, até, arquitectónico³ não se apresenta como estranha, na medida em que as características morfológicas da placa apontam predominantemente nesse sentido: a excelente paginação e o rigoroso desenho dos caracteres, o elegante uso da pontuação e, até, as dimensões – cerca de 50 cm de largura, um comprimento que poderia ir até a 1 m, a espessura de 21 cm...

A primeira ideia seria a de atribuir à inscrição um carácter funerário, nomeadamente pensando num memorial ou num mausoléu. Por exemplo, em consequência de uma disposição testamentária? Possivelmente não, porque, nesse caso, usar-se-ia de preferência *F(aciendum) C(uraverunt)* ou, simplesmente, *posuerunt*, «colocaram», ou equivalente.

De facto, acedendo à base de dados EDCS, pela forma ‘lapidem’, são 37 os testemunhos que se nos apresentam e, deles, a conotação funerária parece predominar. Dou exemplos:

– N.º 13002554, de Tebessa: *L(ucius) Aridius Fortunatus pie patri piissimo lapidem instituit;*

– N.º 05601422, de Amaya (*Hispania Citerior*): *posuit Auga filio suo Sempronio lapide(m);*

– N.º 05400796, da Liguria: *Caio Attio Sp(uri) f(ilio) Tr(omentina) Liviano lapidem posuerunt;*

– N.º 14804400, de *Aufinum* (Sâmnio): *P(ublio) Cornelio Crisanto collegius Herc(ulis) ex collato lapidem p(osuit).*

A única epígrafe de carácter votivo desse rol é a n.º 8600498, da *Aquitania*: *D(eo) Erriape Taurianus et Andustinus et Taurianus lapidem post an(nos) III deposuerunt v(otum) s(olverunt) l(ibentes) m(erito)*: dois Taurianos e Andustino depositaram uma lápide como ex-voto ao génio local Eriapo.

³ Em EDCS-00380347, comenta-se que o texto (*inscription genus*) se insere nos *tituli operum*.

Também na admoestação patente no final de uma das inscrições à divindade indígena *Bormanicus*, de Caldas de Vizela, surge esse vocábulo: *praecipias puero ne linat hunc lapidem* («Recomenda às crianças que não conspurquem esta lápide» – CIL II 2403).

Poder-se-á ainda recordar que, numa placa de *Pax Iulia* (IRCP 339) dedicada a uma divindade invicta (Mitra?), o *sodalitium Bracarorum* faz, *sua impensa*, um *studium cum cratera*, enquanto o *magister titulum donavit de suo*: o sodalício tratou do espaço para as reuniões, o *magister* cuidou da placa que imortalizou a benemerência. E tanto o sodalício como o seu sacerdote fazem a oferta, mas não deixam de sublinhar que foi do seu bolso que a fizeram (Encarnação *et alii* 2018).

Decerto só mui remotamente o que vou aduzir se poderá relacionar com a utilização, aqui, do vocábulo *lapis*. Poderá, porém, não ser despiciendo. É que o juramento solene feito para autenticar um tratado de paz era, segundo a tradição romana, feito com uma pedra na mão e a expressão usada para tal designar era *per lovem lapidem iurare*: *Lapidem silicem tenebant iuraturi per lovem*, «os que iam jurar por Júpiter seguravam uma pedra de sílex», pedra que, no final do juramento, deitavam fora, para significar que assim eles próprios deviam ser banidos da comunidade, caso ao juramento faltassem! (Valvo 1994, 377-381).

Hesito, pois, em manter-me aqui numa tónica funerária.

Primeiro, porque *lapis* assume, de facto, variados sentidos consoante o contexto em que se utiliza: nos agrónomos, detém o significado concreto de ‘pedra’; nas descrições geográficas, apresenta-se como sinónimo de miliário...

Por outro lado, há que ter em conta o carácter solene que as duas siglas finais desta inscrição pressupõem. Sim, não teria sentido, por não estarmos – quanto se saiba – em ambiente urbano nem municipal, propor o desdobramento em *D(ecreto) D(ecurionum)*. A hipótese de completar com *de sua pecunia* depreender-se-á do acusativo *lapidem*: alguém custeou uma despesa, a expensas suas. E a despesa foi a de mandar preparar a epígrafe com o requinte que ainda mantém.

Os beneméritos, filhos de pais diferentes, não terão qualquer afinidade de carácter familiar. Não padece dúvida, por ser essa a ilação mais lógica, que foram ambos que ofereceram a lápide – e até podemos, naturalmente, imaginar a copulativa ET no começo da l. 3. Ofereceram? A quem? Sim, porque, subentendida ou expressa, haveria que se saber qual o destinatário do acto benemerente!

E é na resposta a esta questão que se afigura plausível a possibilidade de ser uma divindade a beneficiária: a oferta da lápide – a incrustar num templete, por exemplo – poderia ter como destinatária uma divindade e, como consequência, o I final não indica um genitivo mas sim um dativo!

E qual?

A opção por uma divindade indígena não se enquadra bem no estilo solene do conjunto. Assim, escolheríamos de imediato IOVI, se não nos parecesse que sobrava espaço e a palavra, mesmo que escrita em um módulo maior, não se coadunaria com a excelência da paginação. A quantidade de inscrições feitas a Júpiter por indígenas e por comunidades indígenas cabalmente justificaria, porém, a escolha.

MARTI, ainda que em ambiente rural, não seria despidendo, se nos lembrarmos do baixo-relevo mandado fazer por *M. Coelius Celsus* e identificado na *villa* de Torre de Palma, Monforte (IRCP 568).

VENERI, ao invés, até se ajustava bastante bem ao espaço que se supõe ter existido e, por outro lado, não seria caso único a sua invocação em contexto semi-funerário, uma vez que nessa qualidade de protectora de defuntos é invocada em duas inscrições de Santiago do Cacém (IRCP 146 e 147) e na *civitas Igaeditanorum* (Sá, n.º 37), núcleo urbano onde *C. Cantius Modestinus* lhe mandou erigir um templo (Sá, n.º 36).

4. Conclusão

Intrigante, pois, a epígrafe, porque, fragmentária como está, não nos deixa entender o que lhe falta!

Não é lícito apresentar uma interpretação sem ser em termos de hipótese. Uma interpretação a confirmar, repete-se, quando se encontrar a outra metade da epígrafe, que jazerá seguramente embutida numa parede próxima – e essa deverá ser uma atenção da população e, sobretudo, das autoridades locais.

Ouso apresentá-la, nessas condições:

[...V]S · ARCONIS / [ET TAGAN?]VS · TAGANI / [VENER?]I · LAPIDEM
/ [D(e) S(ua) P(ecunia)?] D(ono) D(ederunt)

Ou seja:

[...] de Arcão e Tagano [?] de Tagano ofereceram, a expensas suas [?], a inscrição a Vénus [?].

Realce-se, de novo, quão rapidamente a população indígena da região se aculturou, mantendo, muito embora, a sua forma de se identificar, inclusive não utilizando expressamente a indicação do patronímico mediante a inserção da sigla *F(i)lius*, como que para acentuar a noção de pertença: é «de Arcão», é «de Tagano»!

O esmero do canteiro e do *ordinator* é de salientar também e o uso das duas siglas assim mais espaçadas para se obter mais agradável efeito estético denota um saber acumulado.

Ainda que apresentada como hipótese, a proposta de interpretação que ora se faz afigura-se mais consentânea com a qualidade do suporte. A possibilidade de haver aqui a dedicatória a uma divindade, eventualmente feita em nome da comunidade por dois dos seus 'homens-bons', como hoje diríamos, pode prefigurar, até, o que virá a ser, daí a algum tempo e em contexto municipal, a realidade dos duúnviros. O achamento do outro fragmento da epígrafe confirmará ou definitivamente enjeitará o que hoje, com os escassos dados presentes, não passa de mera suposição, ainda que justificável.

Confirme-se ainda que se corrobora – quer pelo modo de identificação dos dois intervenientes (nome único seguido do patronímico, sem *filii*) quer pela paleografia – uma datação da primeira metade do século I da nossa era.

Bibliografia

- ALARCÃO (Jorge de), *Roman Portugal*, Warminster, 1988.
- ALARCÃO (Jorge de), «*Alfidii e Aufidii de Collippo e Sellium*», *Humanitas* 45 1993 193-198.
- ALBERTOS FIRMAT (M.^a Lourdes), *La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca, 1966.
- BERNARDES (João Pedro), *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Universidade do Algarve, Faro, 2007.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*, Berlim. 1869 e 1892.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Os *Diálogos do Sítio de Lisboa*, de Luís Mendes de Vasconcelos», *Olísipo* 125-126 (Janeiro/Junho 1969) 37-51.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Um elogio político: Cascais visto por Frei Nicolau de Oliveira», *Arquivo de Cascais* 6 1987 85-97. <http://hdl.handle.net/10316/25530>
- ENCARNAÇÃO (José d') e MOREIRA (José Beleza), «Placa monumental romana de Porto de Mós (*Conventus Scallabitanus*)», *Ficheiro Epigráfico* 46 1994 n.º 208.
- ENCARNAÇÃO (José d') *et alii*, «Digitalização de documentos epigráficos: Em busca de um deus e de uma oferenda (IRCP 339)», *Antrope* 9, Dezembro 2018, 20-34.

- ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. IV. Caurium*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 2016.
- HURTADO DE SAN ANTONIO (Ricardo), *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas (Cáceres)*, Cáceres, 1977.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, 1984.
- MOREIRA (José Beleza), «Uma lápide inédita de Porto de Mós», *Conimbriga* 21 1982 143-149.
- SÁ (Ana Marques de), *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*, Município de Idanha-a-Nova, 2007.
- VALLEJO RUIZ (José María), *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz, 2005.
- VALVO (Alfredo), «Modalità del giuramento romano a conclusione di un trattato o di un'alleanza», in FORESTI (Luciana Aigner) *et alii* [edit.], *Federazioni e Federalismo nell'Europa Antica*, Milão, 1994 373-385.